

4

A paternidade em transformação

4.1

Patriarcado e matriarcado

O patriarcado se caracteriza como um modelo de conduta social, que fica na base da estruturação das sociedades. Há uma atribuição de valor ao pai ou patriarca, considerado hierarquicamente superior e detentor do poder, em torno de quem a organização social se estabelece. Muito se discute acerca da possibilidade de um matriarcado ter precedido o patriarcado, mas não foram encontrados traços convincentes de sua existência em investigações arqueológicas e antropológicas.

De uma forma geral, a hipótese do matriarcado se divide em duas posições contrárias: a da existência de uma sociedade liderada pelas mães ou que este tipo de sociedade nunca existiu. Zoja (2005) acredita que existe uma razão psicológica para o matriarcado originário. Todos os homens foram cuidados por uma mãe durante o início de sua vida e, de alguma forma, tentou-se acreditar que uma situação semelhante ocorreu com a civilização em seus primórdios. As sociedades mais desenvolvidas mitificaram a autoridade do pai, deixando-o em uma posição central com a intenção de manter a estabilidade diante das crescentes dificuldades de organização social e psicológica.

De acordo com Neumann (1979), a consciência possui valores relacionados ao masculino enquanto a inconsciência está vinculada ao feminino. No início da vida psíquica a consciência do ego é infantil e totalmente dependente da relação com o inconsciente. O matriarcado seria uma constelação desta situação psíquica, bem como suas formas de expressão e projeção. Existe uma tendência do ego de se libertar das amarras do inconsciente e até mesmo dominá-lo, o que é caracterizado como a fase patriarcal do desenvolvimento da consciência. Portanto, para este autor, o matriarcado e o patriarcado são estágios psíquicos que se caracterizam por variados desenvolvimentos tanto do consciente como do inconsciente. O matriarcado e o patriarcado não significam necessariamente o controle por mulheres ou homens, respectivamente, mas o predomínio da consciência feminina ou masculina.

O matriarcado é um momento em que ocorre um domínio do arquétipo da Grande Mãe e também uma situação psíquica que é totalmente dominada pelo inconsciente e por características femininas. Com o posterior desenvolvimento do ego, a consciência patriarcal pode atuar e possibilitar uma liberação e independência relativas do inconsciente. Assim o ego fica no comando de um sistema diferenciado de consciência, que permite um direcionamento libidinal da forma que for mais conveniente para o indivíduo. A consciência patriarcal torna-se um órgão prático e eficiente para a adaptação e realização humanas. Esta vence os limites de tempo e os lentos processos de transformação e evolução impostos pela natureza através do uso da experimentação e do cálculo. Já a consciência matriarcal fica ainda vinculada ao fluxo do tempo e à periodicidade (NEUMANN, 1979).

A consciência matriarcal é a forma original da consciência, na qual a autonomia do ego ainda não se encontra totalmente desenvolvida e continua aberta para os processos inconscientes. A consciência matriarcal é dominante na mulher e atua de forma secundária no homem, mas no homem criativo atua mais intensamente. Para o autor, o feito específico dos homens diz respeito ao desenvolvimento da consciência masculina e da mente racional. Já a psique da mulher depende em maior grau da produtividade do inconsciente, o que estaria ligado a uma consciência matriarcal. A consciência matriarcal, por estar mais próxima da realidade do inconsciente, é mais intensa na mulher.

Neumann (2006) destaca que todo homem tem uma vivência interior do feminino, ainda que seja a princípio inconsciente, e o mesmo acontece para a mulher em relação ao masculino. Para ele este fato pode ser observado quando ocorre a dominância psicológica de um dos sexos em uma situação cultural, como no patriarcado ou no matriarcado. Assim, no patriarcado, mesmo com a existência de uma diversidade de psicologias masculinas e femininas, a posição masculina da consciência também se mostra válida para a mulher.

Ainda segundo Neumann (1979), ocorre uma inversão na dominância arquetípica e o arquétipo paterno, durante o desenvolvimento, acaba se sobrepondo ao da Grande Mãe. O autor destaca as guerras como o principal motivo para o aparecimento da dominância patriarcal, levando os homens a se organizarem em grupos de guerreiros, nos quais se valorizava a atitude heroica. A consequência psicológica que advém desta dominância patriarcal é o afastamento

da consciência das origens matriarcais inconscientes, há um distanciamento entre o ego e o Self. O ego passa a ser considerado o centro da vida psíquica, em detrimento da vivência do Self como centro da psique inconsciente.

Para a Psicologia Analítica, o patriarcado significa um modo de ver o mundo que fica na base da própria conduta humana, possui raízes arquetípicas. Faria (2003) destaca que nos dias de hoje vivemos uma saturação deste modelo, e os questionamentos feitos possibilitam o surgimento de novas formas de masculinidade e paternidade. Assim, este modelo de paternidade patriarcal não é o único possível.

Moore e Gillette (1993) afirmam que o patriarcado não é expressão de uma profunda e energizada masculinidade, pois esta não é agressiva. O patriarcado seria o reflexo de uma masculinidade imatura, expressa pela psicologia do menino, conforme comentamos anteriormente. Em parte também é o lado da sombra da masculinidade. O patriarcado é embasado no medo masculino (do menino e do homem imaturo) em relação às mulheres e aos homens maduros, estágio ao qual não chegaram.

4.2

Masculino e feminino

Antes de falarmos mais especificamente sobre masculino e feminino, cabe observar que existem dois outros conceitos mais amplos aos quais estes, em alguma medida, fazem referência: os de macho e fêmea. Geralmente estes termos se remetem ao sexo dos animais, porém no início da árvore genealógica humana é bastante provável que nos assemelhássemos muito mais com os animais do que com o que somos atualmente.

Zoja (2005) localiza a invenção da família monogâmica e do pai durante o período Paleolítico ou talvez antes. Não temos como saber ao certo, pois os desenhos pré-históricos não retratam as relações amorosas e de casal entre seres humanos. Para o mesmo autor, a família deve ser o resultado de uma série de ajustamentos, da mesma forma que a religião, o mito e a língua.

Quando a evolução permitiu aos primeiros hominídeos que caminhassem eretos, os membros superiores ficaram livres. As mãos dos machos puderam fabricar então os primeiros objetos, porém antes disso, especula-se se as mãos das

fêmeas já não seriam usadas para carregar seus filhotes. Zoja (2005) nos propõe que a divisão de tarefas pelos sexos possa ter começado a partir deste ponto. A mãe deve se ocupar com os cuidados dos filhos, enquanto o pai deve cuidar da busca por comida e da defesa da família. Justamente a partir de então os machos poderiam começar a ser chamados de pais.

Podemos entender a mitologia como uma organização de narrativas simbólicas que funcionam como metáforas das possibilidades da experiência humana e de sua realização em uma determinada cultura e em uma determinada época (CAMPBELL, 2007). Além de explicarem a origem do mundo e dos fenômenos da natureza, os mitos também produzem imagens dessas diversas experiências humanas. É possível encontrar nas mitologias alegorias sobre o nascimento, o casamento, a morte e o desempenho dos papéis familiares, incluindo-se aí as funções masculinas e femininas. Explorando mais profundamente estes contos, encontramos algumas indicações primordiais dos papéis materno e paterno.

Campbell (2005) destaca que os contrastes de formas físicas e as esferas de competência entre o feminino e o masculino são um dos universais da experiência humana. Nas mitologias, a imagem do nascimento do útero como origem do universo é bastante comum e a relação sexual que o precede é representada através de rituais ou histórias. O ciclo menstrual, a sua cessação durante a gravidez, as dores do parto e o nascimento de um novo ser, foram elevados ao estatuto de mistérios ligados ao feminino. Todas estas questões ainda não compreendidas em sua dimensão biológica foram marcantes para as mentes dos povos da Antiguidade.

As primeiras representações de uma grande deusa-mãe foram descobertas no assentamento neolítico de Çatal Hüyük, na Anatólia. As estatuetas lá encontradas foram datadas de aproximadamente 6.500 a.C. Entre as mais antigas obras de arte encontradas na América, mais precisamente no Equador, datadas de cerca de 3.000 a.C., muitas eram estatuetas femininas. Nas primeiras artes rituais de que se tem conhecimento, a forma feminina nua é muito destacada, enquanto as representações masculinas se apresentam paramentadas ou mascaradas, discriminando sua função, geralmente de xamã ou caçador. O medo que os homens sentiam da mulher e do mistério da maternidade foram tão significativos para a estruturação psíquica humana quanto os medos causados pelos fenômenos

da natureza. Na maior parte das mitologias e tradições rituais podem-se perceber inúmeros exemplos dos esforços dos homens para relacionarem-se com essas duas forças estranhas, que são o mundo e a mulher (CAMPBELL, 2005).

O papel da mulher foi gradualmente aumentando social e simbolicamente a partir do período Neolítico Basal (5.500 a 4.500 a.C.). Passou a ter grande importância a contribuição econômica das mulheres, no que dizia respeito ao plantio e a colheita, bem como seus papéis na qualidade de mãe e nutridora da vida. Era considerada como uma espécie de auxiliar simbólica da própria terra em sua produtividade. No período seguinte, o Neolítico Superior (4.500 a 3.500 a.C.) surgem grandes quantidades de estatuetas com motivos femininos. Tais representações sugerem a analogia entre os poderes da mulher e os da terra, de dar e nutrir a vida, levando os homens a associarem fertilidade feminina com uma ideia de maternidade da natureza (CAMPBELL, 2005).

São considerados três estágios básicos nas sociedades primitivas (SCHMIDT, apud CAMPBELL 2005). O primeiro deles se caracteriza por uma igualdade essencial entre os dois sexos. As cerimônias e ritos não eram divididos em masculinos e femininos, não se praticava nenhum tipo de deformação física ou transmissão de segredos. Os rituais possuíam um caráter apenas educacional para os adolescentes, com o objetivo de torna-los bons pais e mães. No segundo estágio, surgem os ritos secretos, baseados nos grandes grupos de caça totêmicos. Nestes, a mulher é excluída dos mistérios, e são frequentes as mutilações dos órgãos genitais, como a circuncisão. Fica bem marcada uma unilateralidade em favor do macho. No terceiro tipo, as culturas hortícolas tropicais, as mulheres passam a ter vantagens mágico-religiosas e sociais. Elas possuíam um poder por gerarem e criarem os filhos e por serem as principais produtoras de alimentos. O cultivo da terra e a colheita lhes possibilitava ter poder econômico e social.

Há um motivo que se manifesta em certas mitologias primitivas que evidencia este medo do feminino, o da “vagina dentada”, capaz de castrar os homens. Um mito andamanês relata que no princípio existiam apenas homens no mundo, até que em certo momento o senhor Varano-monitor capturou um deles e cortou sua genitália transformando-o em sua esposa. Entre os apaches jicarillas conta-se a lenda do Monstro Chutador e suas quatro filhas, que não eram mulheres, mas na verdade vaginas. Como eram as únicas mulheres do mundo, muitos pretendentes vinham procura-las e eram chutados para dentro de sua casa

pelo Monstro Chutador, sendo posteriormente devorados pelas filhas. Um herói menino chamado Matador de Inimigos enganou o monstro e entrou na casa. Conversando com as mulheres ele descobriu que elas devoravam os homens, utilizando-se de um artifício ele faz com que percam os dentes e não possam mais devorar os homens. Este mito demonstra como o herói domesticou a vagina dentada para seu uso correto (CAMPBELL, 2005).

Diversos mitos apresentam a criação do universo e de todos os seus elementos a partir de uma união entre princípios opostos e/ou complementares, sendo muitas vezes estes representados como o masculino e o feminino ou o céu e a terra. Conforme mostramos no capítulo anterior, seguindo esta concepção, Colman e Colman (1990) propõem a definição de dois tipos de genitores que independem do sexo. Os genitores-terra são responsáveis por todas as funções que ocorrem no interior da família, incluindo as atividades íntimas e nutritoras. Os genitores-céu estão voltados para o que acontece nas relações da família com a sociedade, ligados às funções de proteção e provisão. Em nossa sociedade, tradicionalmente, as mulheres exercem as funções terra (mãe-terra) e os homens a função céu (pai-céu).

Entre os sumérios, haviam construções denominadas zigurates, que eram pequenas torres com santuários no topo, e representavam o ritual da união da deusa-terra com o senhor-céu, a união geradora do mundo. As torres-templos da Mesopotâmia tinham como função reconciliar a ruptura entre o masculino e o feminino para a restauração da fertilidade (CAMPBELL, 1994). Na mitologia dos apaches jicarillas um ser conhecido como Hactin cria o mundo, a terra, o mundo subterrâneo e depois o céu. A terra foi concebida na forma de uma mulher viva, à qual chamaram Mãe; e o céu foi feito na forma de um homem e o chamaram Pai. O homem tem a face virada para baixo e a mulher para cima (CAMPBELL, 2005).

De acordo com as cosmogonias de diversos povos, dos quais podemos destacar os chineses, os hindus, os australianos e os nórdicos; no início existe um deus que se divide e se multiplica dando origem ao mundo e aos seres vivos. Já nas cosmogonias dos gregos e hebraicos o homem é dividido em dois por um deus. Na China havia a Mulher Sagrada (T'ai Yuan), que continha dentro de si os poderes do masculino-ativo e o feminino-passivo (o yang e o yin). Na cultura védica da Índia havia um Eu que se divide em duas partes, e assim, passa a existir

um senhor e uma senhora. Para os Arandas do norte, Karora dá origem a partir de si, aos parameles, seus ancestrais. Na mitologia dos povos nórdicos, o gigante adormecido Ymir é quem dá origem aos homens e a toda a natureza a partir de seu corpo (CAMPBELL, 2005).

Também podemos encontrar em algumas mitologias os papéis de pais-terra e mães-céu, como é o caso na mitologia egípcia. Na cosmogonia egípcia, antes do mundo ser criado, os deuses Nut e Geb copularam, irritando o deus do sol, Rá, que enviou o deus do ar, Shu, para separar o casal. Com o ar entre eles, a deusa Nut tornou-se o orbe celeste e o deus Geb a terra.

Outros grupos de mitos apresentam muitas vezes o primeiro e definitivo ato de criação sendo atribuído à divindade masculina, considerando-se esse deus como o pai do universo (COLMAN e COLMAN, 1990). Os deuses e heróis do sexo masculino sempre aparecem ostentando características viris, que valorizam a força, a ousadia, o poder, o domínio etc. Desta forma, podemos pensar a partir dessas histórias ancestrais, como foram forjados o papel do homem moderno, e por extensão, sua qualificação como pai. Estes deuses e heróis exprimem um desejo de tomarem para si todo o processo de criação.

No rito de maioridade dos Aranda, o menino passa a ser considerado como a contraparte viva de seu ancestral mitológico. Considera-se que as crianças nascidas de mulheres são reaparições de seres que habitaram a era mitológica ou *altjeringa* (Tempo dos Sonhos). A partir deste momento eles são inseridos no mundo masculino e não mais podem fazer companhia às crianças e mulheres, grupo ao qual estiveram vinculados até então. A imagem do nascimento é, portanto, transferida da mãe para o céu e o conceito de ego foi expandido para além do ser individual. Foi uma mulher que deu a luz ao corpo temporal do menino, mas será com os homens que terá seu nascimento espiritual:

Eles continuarão e consumarão sua gestação pós-uterina, o longo processo de crescimento até a maturidade completa, remodelando seu corpo e também sua mente, unindo-o à sua porção eterna, além do corpo. Outrossim, nos cerimoniais que ele passará a cumprir, as tarefas próprias de sua masculinidade estarão relacionadas em todos os detalhes com as fantasias mitológicas de uma ordem que transcende o tempo; de maneira que não apenas ele próprio, mas todo seu universo e todo seu estilo de vida inerente ficarão inseparavelmente unidos no campo do espírito, através de mitos e ritos (CAMPBELL, 2005, p. 82).

Entre os Aranda, nenhuma criança ou mulher compreende o mistério dual que une o temporal e o atemporal. Esta dimensão oculta do mundo está além do

entendimento do sistema mental da criança, pertence aos ritos dos homens, pelos quais a mente se abre para o conhecimento. Esta fonte de mistério é considerada um milagre que recompensa o medo deste segundo nascimento. Durante toda a provação pela qual passa o menino, que leva a transformações no plano físico e psíquico, sua mente e vontade são orientadas para uma imagem de masculinidade e ao vínculo com uma esposa, que serve de compensação pela perda da mãe terrena. Campbell aponta que:

As estampagens irreversivelmente gravadas na infância como sinais liberadores de energia estão sendo reorganizadas e através de uma série vívida, progressivamente, assustadora e inesquecível de experiências controladas, no final devem ser organizadas novamente de tal maneira que o rumo do menino seja direcionado para a masculinidade: não para qualquer masculinidade meramente aberta e descomprometida, mas especificamente para um certo estilo de pensamento e sentimento, impulso e ação, de acordo com as exigências do grupo local. Pois é nessa altura de seu desenvolvimento que os costumes, ideologia e motivações do sistema local de vida devem ser incorporados a sua psique, fundidos com sua substância espiritual; e, dessa maneira, fazem-se seus, como ele torna-se deles (CAMPBELL, 2005, p. 83).

Outro ritual a que são submetidos os meninos australianos é o da subincisão, no qual o pênis do jovem é cortado em toda sua extensão de baixo para cima. Esta ferida é muitas vezes mencionada como “um útero do pênis ou vagina” (CAMPBELL, 2005, p. 92). O pai vaginal é então um substituto da mãe fálica da infância. O sangue que escorre das feridas da subincisão é na imaginação dos homens equivalente ao sangue menstrual das mulheres que era entendido como um símbolo de poder feminino.

Para a mitologia grega, no início existia apenas o Caos (vazio primordial), do qual surgiram Géia, Tártaro e Eros. De acordo com a Teogonia de Hesíodo, Géia, a terra e princípio feminino, deu origem a Urano, o céu e princípio masculino, que a cobriu e originou os demais deuses. Esta primeira hierogamia (casamento sagrado) foi imitada pelos deuses, homens e animais que vieram depois. Todos os deuses que foram gerados pela união de Urano e Géia eram empurrados pelo pai de volta ao útero da mãe e lá ficavam aprisionados (BRANDÃO, 1987).

Ainda de acordo com Brandão (1987), Urano se torna um pai tirânico e acaba sendo destronado por seu filho Cronos, que lhe corta os testículos. O ato de Cronos emascular seu pai constitui uma operação simbólica, na qual ele destrói a virilidade de Urano e toma seu lugar (DUPUIS, 1989). Cronos assume o lugar de

Urano e termina por ter o mesmo destino de seu pai, sendo destituído do poder por seu filho caçula, Zeus.

Zeus era para os gregos um deus organizador do mundo exterior e interior. A regularidade das leis físicas, morais e sociais eram por ele governadas. O nome Zeus significa em grego “o deus luminoso do céu” (BRANDÃO, 1987). As raízes etimológicas da palavra em outros idiomas, como no sânscrito, lhe dão um sentido de figura patriarcal e chefe de família. Suas principais nomenclaturas remetem aos fenômenos celestes que são considerados seus principais atributos. Zeus é também um deus da fertilidade, e por suas qualidades atmosféricas, dele depende a fecundidade da terra. Desta forma, muitas de suas uniões ocorrem com divindades telúricas.

Em uma discussão sobre a figura de Zeus e seu desejo de ficar grávido, This (1987) expõe dois episódios envolvendo uma gestação ligada diretamente ao corpo deste deus. O primeiro trata do nascimento de Atena. Zeus perseguia a bela Titânia Métis (prudência), que sempre tentava escapar dele. Um dia consegue alcançá-la e a engravida. Um oráculo declarou que seria uma menina, mas que se Zeus tivesse outro filho de Métis seria um menino e que este iria destroná-lo. Temeroso Zeus atraiu Métis e a devorou. Métis do interior de Zeus lhe falava transmitindo conselhos sensatos. Alguns meses depois Zeus foi tomado por terríveis dores de cabeça, chamaram Hefesto, o ferreiro do Olimpo, que usou um martelo para abrir o crânio do deus, de onde com um grito surgiu Atena portando suas armas (BRANDÃO, 1987; THIS, 1987).

A segunda “gravidez” de Zeus, ocorreu em um episódio em que este se envolveu com Sêmele. A ciumenta esposa de Zeus, Hera, disfarçada como uma velha, convenceu Sêmele a exigir que seu marido aparecesse para ela em sua forma verdadeira. Zeus se negou e a amante lhe proibiu acesso ao seu leito; furioso, o pai dos deuses olímpicos apareceu sob a forma de raio e trovão fulminando-a. Hermes conseguiu salvar a criança que Sêmele carregava em seu ventre e a costurou na coxa de Zeus. Após o período de “gestação” nasceu Dioniso, chamado de “duas vezes nascido” (BRANDÃO, 1987; THIS, 1987). Desta forma, notamos que Zeus só pode parir crianças já concebidas, e posteriormente incorporadas por ele até poderem nascer. Para This (1987, p. 123), “é manifesto que Zeus quer ser parturiente”.

A história do nascimento de Atena da cabeça de Zeus, simbolicamente pode ser compreendida como uma representação da alma. Zeus se vê confrontado com seus aspectos femininos internos. Outro simbolismo atribuído a este nascimento faz referência à fenda na cabeça de Zeus como representativo de uma vagina. De modo semelhante, notamos que no nascimento de Dioniso a coxa de seu pai pode ser associada ao útero. A presença de órgãos sexuais femininos em Zeus aponta para uma possível androginia na imagem de um deus que era eminentemente masculino. Após a geração de Atena, o deus cessa de devorar as mulheres e filhos e ocorre um apaziguamento na tensão entre feminino e masculino. Notamos que a própria imagem de Atena, que já surge de armadura e portando suas armas, em oposição, faz uma forte referência a aspectos masculinos em uma deusa.

As imagens destes mitos da geração de crianças propiciadas por Zeus podem ser integradas pelo homem contemporâneo. Quando se trata de homens que, na atualidade, possuem o desejo de criar seus filhos de uma forma mais próxima, encontramos nestes mitos a presença do masculino e do feminino existente em todo ser humano. Desta maneira, os homens que passam por conflitos entre seus desejos de serem pais mais participativos e as necessidades sociais tradicionais, têm a possibilidade de um entendimento simbólico através destes contos mitológicos.

Ainda de acordo com a tradição grega, no diálogo O Banquete, Platão relata-nos o Mito do Andrógino, segundo o qual os primeiros seres humanos eram criaturas redondas e possuíam todos os membros em dobro, incluindo os órgãos genitais masculinos e femininos. As criaturas eram de três tipos: macho-macho, macho-fêmea e fêmea-fêmea. Como tais criaturas eram muito poderosas atraíram sobre si a ira dos deuses e foram divididas ao meio por Zeus com o auxílio de Apolo. Desta forma, foram criados o homem e a mulher, que desde então anseiam por encontrar a metade que lhes falta.

Notamos que na Bíblia, como narrado no Antigo Testamento, é responsabilidade da divindade patriarcal a criação do mundo e do primeiro homem. Assim, Deus gera Adão, ambos machos, do qual a fêmea, Eva, é derivada quando criada a partir de sua costela. No Novo Testamento, o deus masculino aparece novamente em seu papel criador. Sua autoridade foi perdida quando Adão e Eva foram expulsos do paraíso ao pecarem. Então Deus procura restabelecer sua autoridade masculina quando concebe seu filho com uma mulher mortal. Desta

maneira, Deus Pai, procura continuar sua obra através do filho Jesus (Colman e Colman, 1990).

Campbell (2005) aponta que antes da separação de Eva, Adão era tanto homem como mulher. Desta forma, notamos que nas construções míticas e religiosas, conforme mostramos neste tópico, é bastante comum uma mescla entre masculino e feminino. Também fica evidente que a indistinção primordial entre ambos deixa uma marca indelével em grande parte dos construtos humanos. A própria teoria junguiana é perpassada em diversos momentos por tais questões, como fica evidente, principalmente, nos conceitos de anima e animus.

4.3 Paternidade e maternidade

Nas primeiras civilizações do período Paleolítico não se conheciam graus de parentesco. Não existiam pais e mães de um indivíduo específico, pois também a consciência individual ainda não emergira. Surgem já nesta época muitas imagens míticas e religiosas sobre o pai arquetípico que só puderam ser elaboradas posteriormente. Da mesma forma que o consciente surge do inconsciente, a consciência de ser pai também surge gradualmente, desde os primórdios da humanidade. A relação entre o desenvolvimento da consciência e a consciência da paternidade está diretamente ligada a este momento histórico (FARIA, 2003). Zoja (2005) ressalta que esta evolução lenta e gradual da psique só pode ser percebida a partir da época em que aparecem a arte e a escrita.

De acordo com Zoja (apud FARIA, 2003), foi a atividade da caça que proporcionou a construção do que é ser pai culturalmente. Quando o homem saía para caçar, precisava se afastar e, com isso, passou a desenvolver a memória e o desejo de voltar para seu grupo. O ato de ir e vir foi o início do estabelecimento de um vínculo amoroso com os familiares. Esta ideia de paternidade passou por um longo processo de elaboração em nível psicológico.

Nos antigos sistemas sociais, acreditava-se que os filhos não eram concebidos pelos pais, mas apareciam no ventre materno como consequência do contato entre a mulher e algum animal ou objeto (ELIADE apud DUPUIS, 1989). Durante muito tempo após o surgimento do homem persistiu a ignorância da paternidade em diversas populações. Não percebiam a relação entre o ato sexual e

a procriação, algumas tribos australianas atribuíam a concepção a espíritos da linhagem materna que inseriam o bebê no flanco da mulher (MALINOWSKI apud DUPUIS, 1989). Foi na época neolítica que os povos mais evoluídos tomaram consciência da paternidade. Isso foi possível a partir da observação da procriação de animais em cativeiro que levou à compreensão do papel masculino na concepção.

Dupuis (1989) data a descoberta da paternidade em algum momento entre o quarto e quinto milênio. Possivelmente, esta descoberta permitiu uma grande mudança na forma de organização das sociedades primitivas e, como consequência, na formulação de seus mitos. É nesta direção que parece seguir. Segundo o mesmo autor, a tomada de consciência da paternidade, ligada diretamente à descoberta de que o ato sexual gerava os filhos, deu origem a uma revolução que transformou as estruturas da família, da vida social, das religiões e da mitologia. Considera ainda que, antes disso, a humanidade se organizava em estruturas familiares centradas na figura da mãe. No entanto, com o tempo estas sociedades matrilineares foram substituídas por sociedades patrilineares. O conhecimento da influência da paternidade, somado ao desencadeamento de guerras e de conquistas, conduziu lentamente ao estado de patriarcalização. Tudo isto possibilitou aos homens tornarem-se senhores da sociedade, assumindo os principais cargos de poder, tornando-se chefes de família, reis e deuses. Da mesma forma, a moral e a religião transformaram-se progressivamente de modo a tornarem-se expressões dessa dominação masculina.

O mesmo autor questiona como se poderia explicar a existência do sistema patrilinear na época em que a paternidade era desconhecida. Ele atribui este sistema à difusão das instituições sociais. Por outro lado, poderíamos propor se a importância em épocas arcaicas do pai não poderia ser já atribuída à atuação do arquétipo paterno sobre a psique da humanidade. É possível atribuir aos símbolos masculinos certa autonomia, e estes poderiam influenciar nas construções sociais e culturais que se iniciam neste período. Assumimos aqui, novamente, a hipótese da existência da ideia de pai antes do entendimento biológico do mesmo.

O surgimento das sociedades humanas pode ter sido fruto de uma revolução introduzida pelos machos, que foi o início de sua função individual. As regras mais elementares das primeiras organizações sociais humanas eram baseadas na partilha das mulheres; os homens competiam por elas e apenas os mais fortes

podiam engravidá-las. A partir de determinado momento algo mudou e não era papel do macho apenas conceber a vida, mas também alimentá-la e protegê-la. Os corpos e instintos masculinos não tiveram o tempo necessário de evolução biológica para se adequar com suas novas tarefas (ZOJA, 2005).

As culturas grega e romana inventaram a superioridade do pai sobre a mãe sob a falsa premissa de que o pai seria o único genitor, sendo a mulher apenas um receptáculo para o filho. Este entendimento serviu de base para o mito, para as primeiras observações que se pretendiam científicas, bem como o estabelecimento da organização social. Os romanos colocam ainda o pai em uma posição superior em relação ao filho. Havia a necessidade de se cumprir um ato público, no qual o homem precisa afirmar sua própria vontade de ser pai do filho. Partindo desta premissa, Zoja (2005) afirma que toda paternidade é uma adoção.

A parceria de Urano e Géia, explicada no item anterior, é entendida por Dupuis (1989) como uma prova da descoberta da paternidade e da importância que este conceito passou a exercer desde então. Paralelamente ao aparecimento deste mito cosmogônico grego, o autor apresenta alguns mitos de outras culturas que de forma semelhante também fazem referência à descoberta do papel do pai, tais como o de Osíris entre os egípcios e Varuna entre os arianos.

De forma semelhante à maternidade, a paternidade não consiste apenas no momento da concepção, mas em acompanhar e participar do crescimento do filho. Assim, ser genitor masculino e ser pai são duas coisas separadas desde as origens. Comumente o pai passa a participar mais tarde do que a mãe na vida do filho. Zoja (2005) aponta que no âmbito social o pai (ou a instituição de uma paternidade) interfere ainda mais tarde na vida da humanidade, pois para que ela possa existir, exige um esforço de reflexão e já um princípio de civilização.

Parceval (1986) assinala que as representações culturais de paternidade e maternidade são acientíficas. É um discurso construído com base na realidade biológica, que destaca os atributos distintos do homem e da mulher, mas que é usado com finalidades que estão além desta realidade. A separação sexual e as divisões de tarefas dela decorrentes são artificial e simbolicamente atribuídas a cada sexo. A autora acredita que existe artificialidade em toda forma de organização humana, mas principalmente nos fenômenos que o sistema ideológico tende a apresentar como mais naturais que outros, como a suposição da exclusividade feminina da vivência da gravidez, do parto ou da amamentação. O

pai, por sua própria fisiologia, estaria excluído destas três experiências em nossa sociedade. Em outras sociedades são atribuídos papéis diferenciados e espera-se um maior envolvimento dos homens, conforme veremos adiante.

Ainda de acordo com Parceval (1986), toda figura de procriação é, em essência, artificial. A paternidade, portanto, se constitui como uma produção social. Para Margareth Mead (1971), o homem ser o provedor de alimentos para a fêmea e sua prole é uma invenção social. Na maioria das organizações sociais humanas, os homens assumem esta responsabilidade, e os que não seguem estes preceitos tendem a tornar-se excluídos. Esta artificialidade de toda figura de procriação pode ser extrema, atribuindo em alguns casos a paternidade a uma mulher. Entre os *mauer*, da África Oriental, organizada sob um sistema patriarcal, as mulheres estéreis que não tiveram filhos são consideradas pais. Outra situação semelhante é a dos *bavendas* da África do Sul, para os quais:

Se uma mulher for o único filho de um casal, seus genitores não podem ter descendente através dela, pois o sistema de parentesco dessa população é patrilinear. Como tal situação é insuportável (ninguém pode ficar sem descendentes, já que são eles que têm a incumbência do culto dos ancestrais), eis a solução que se encontrou para as necessidades da causa: a mulher em questão não será mãe, e sim pai; desposará outras mulheres, que engravidarão de amantes masculinos oficiosos; por meio desse estratagema dará uma descendência aos seus pais, transmitindo segundo a regra patrilinear, seu nome, sua posição e seus bens aos seus filhos. O que não a impede de ser mãe ao mesmo tempo. Uma vez casada com um homem, poderá ter filhos, os quais, por sua vez, constituirão descendentes para a linhagem de seu pai. Pode-se, portanto, entre os *bavendas*, ser a um só tempo pai e mãe! Em várias regiões da África, de resto, essa situação nada tem de excepcional (PARCEVAL, 1986, p. 37).

Benedict (1965), ao tratar das continuidades e descontinuidades do ciclo de desenvolvimento humano, diz que todo homem deve ser filho primeiro para depois ser pai. Os dois papéis apresentam grandes contrastes, pois primeiro ele deve ter sido dependente de outras pessoas que lhe assegurassem sua própria existência e depois deve ser capaz de proporcionar segurança a outros. Quando o indivíduo possui um papel social necessita rever seus comportamentos de quase todos os pontos de vista ao assumir o outro.

Em algumas sociedades ocorre uma evitação engenhosa da relação pai-filho. Para os *trobriandeses*, é considerado o verdadeiro pai de uma criança um tio materno. Esta posição demonstra mais uma vontade de não saber do que o desconhecimento da paternidade real. É uma forma de deslocar para o tio materno os sentimentos ambivalentes que surgem na relação entre pais e filhos, visando

favorecer relações mais amigáveis entre o genitor e seus filhos. Algo semelhante ocorre entre os *gurmantchês*, as relações entre pais e filhos são marcadas por enorme frieza e cabe, portanto, a um tio paterno cuidar da educação das crianças. Este mesmo tio é responsável por uma relação afetiva mais próxima inexistente com o próprio pai (PARCEVAL, 1986).

Para os índios *txicaos* do Mato Grosso, o sêmen paterno é a única substância que compõe o embrião. Acreditam que o cordão umbilical seja o vínculo concreto com o pai. Para eles é necessária a prática de cópulas durante a gravidez para favorecer o desenvolvimento da criança. Aqui a contribuição do pai é considerada essencial, a mãe é um mero receptáculo. De acordo com Parceval (1986), esta teoria do papel único do pai é aceita por quase todas as tribos da América do Sul. A autora nos informa também que até poucos séculos atrás, na Europa, acredita-se que o sêmen continha homúnculos, ideia esta que também eleva o homem ao papel de único criador de vida.

Para os *mojave*, o pai é aquele com quem o filho mais se parece. Existe uma disputa entre dois homens envolvidos com uma mesma mulher pela paternidade. Segundo seus costumes, o homem que tem mais direito de reivindicar a paternidade é o que coabita mais tempo com a mulher grávida, pois este teria contribuído com uma maior quantidade de esperma. Assim, o pai não é necessariamente o que fecundou a mulher, mas aquele que colocou mais sêmen para formar o embrião moldando-o à sua imagem.

Entre os *tupis*, da América do Sul, durante a gravidez da mulher, o homem é quem tem o papel mais importante. O futuro pai é submetido a tabus alimentares e comportamentais muito rígidos. Supõem também, assim como os *txicaos* e os *mojaves*, que é o esperma do pai que alimenta o embrião durante toda a gravidez.

O resguardo ritual é composto de uma série de comportamentos pré-determinados do pai, que incluem obrigações e proibições, associados ao momento do nascimento de uma criança. Na leitura de Parceval (1986), o resguardo em suas variadas manifestações por todo o mundo oferece uma demonstração convincente de que uma criança é feita a dois. Isto porque ocorre uma participação expressiva do pai durante a gravidez e no momento do parto. A autora nos chama a atenção ainda para o silêncio geral que se estabelece nas sociedades ocidentais sobre os comportamentos paternos. Existe um contraste marcante entre esse afastamento do pai e as ritualizações rígidas relativas à

paternidade em outras sociedades. O dogma ocidental da paternidade valoriza exclusivamente o coito fecundante para definir quem é o pai. Esta crença está muito distante das práticas de outras civilizações. Em nosso meio, há uma valorização da transmissão biológica como primeiro fator a tornar o homem pai de uma determinada criança. Muitas vezes os comportamentos paternos são entendidos como distúrbios de saúde e não como uma atitude natural. Ocorrem manifestações psicossomáticas individuais, que estão conectadas a uma vontade inconsciente do pai de participar do papel de mãe. O resguardo pode também ser concebido como um arranjo defensivo por parte dos homens que receiam mais do que outros o seu lado feminino.

Malinowski (apud PARCEVAL, 1986) coloca o resguardo como uma forma de legitimação, por parte do pai, de exercer seu direito de paternidade sobre a criança. Assim, o rito do resguardo pode ser uma estratégia para defender e prover os direitos paternos. São táticas de negociação presentes em sociedades nas quais os direitos do pai não são reconhecidos institucionalmente. O resguardo pode ainda ser compreendido como um rito de passagem, visando preparar o futuro pai para sua nova função. Sua prática procura reduzir o impacto das agitações emocionais que esta nova situação de paternidade acarreta.

Parceval (1986) ainda nos mostra que o momento do pós-parto é marcado em muitas civilizações por uma relação privilegiada entre a mãe e o bebê, da qual o pai é excluído. Ele só poderia interferir fantasmaticamente, através de uma identificação com o bebê pelo resguardo. Não estaria neste momento atuando como pai, mas como filho. Esta situação de afastamento do pai após o nascimento da criança é bastante comum, parece existir uma crença geral de que o pai possa ser perigoso para o recém-nascido, e deve manter-se afastado. Sua participação é mais valorizada na concepção e durante a gravidez, como expusemos acima.